

AVISO-CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS - 3ª ALTERAÇÃO
PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 2014-2020
(MADEIRA 14-20)

EIXO PRIORITÁRIO 4

Apoiar a Transição para uma Economia de Baixo Teor de Carbono em todos os Setores

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO

4.c. Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

4.c.1. Apoiar a implementação de medidas de eficiência energética e utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas.

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO

04. Eficiência energética nas habitações

DOMINIO DE INTERVENÇÃO

14. Renovação do parque habitacional existente no plano da eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio.

DESIGNAÇÃO SINTÉTICA DO ÂMBITO DO AVISO

Eficiência energética em edifícios de habitação social

Versão	Data	Alterações
1.0	03.10.2018	Versão inicial
1.1	29.10.2018	1.ª Alteração - Alteração do ponto 6 - <i>Grau de Maturidade mínimo exigido à operação</i> - Alteração do ponto 7 - <i>Prazo de Execução da Operação</i> - Introdução das alíneas h) e i) no ponto 11.2.2 - <i>Critérios Específicos</i>
1.2	27.11.2018	2.ª Alteração - Alteração à alínea b) do ponto 6 - <i>Grau de Maturidade mínimo exigido à operação</i>
1.3	12.12.2018	3.ª Alteração - Alteração à alínea b) do ponto 6 - <i>Grau de Maturidade mínimo exigido à operação</i> - Alteração à alínea h) do ponto 11.2.2 - <i>Critérios Específicos</i>

DATA DE ABERTURA: 03 DE OUTUBRO DE 2018

DATA DE FECHO: 25 DE FEVEREIRO DE 2019

AVISO FEDER - M1420-04-2018-20

PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 2014-2020

1. Âmbito e Objetivos do Aviso

A Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020 (Programa Madeira 14-20) adota a modalidade de Aviso-Concurso para apresentação de candidatura nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que consagra as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais (PO) para o período 2014-2020.

O Programa Madeira 14-20, aprovado pela Comissão Europeia pela Decisão C(2014) 10193 final, de 18.12.2014, bem como o Regulamento Específico do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), aprovado pela Portaria n.º 92/2015, de 25 de maio, alterada pela Portaria n.º 110/2017, de 04 de abril, pela Portaria n.º 226/2017, de 03 de julho e pela Portaria n.º 154/2018, de 08 de maio, prevê, no Eixo Prioritário 4 – *Apoiar a Transição para uma Economia de Baixo Teor de Carbono em todos os Setores*, o objetivo de promover estratégias de baixas emissões de carbono em zonas urbanas e periurbanas para reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂) que inclui a Prioridade de Investimento 4.c. *“Concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação”*.

Neste sentido, a AG do Programa Madeira 14-20 entendeu proceder à abertura do presente Aviso, destinado a apoiar a implementação de medidas de eficiência energética e utilização de energias renováveis para autoconsumo em edifícios de habitação social.

2. Breve Descrição e Objetivos

Para além da redução da energia primária de origem fóssil e das emissões de CO₂, a implementação de medidas de eficiência energética e de utilização de energias renováveis para autoconsumo em edifícios de habitação social contribui para diminuir a despesa com a energia das famílias com baixos rendimentos, criar emprego e reduzir as importações de combustíveis fósseis e a dependência energética regional do exterior.

O presente Aviso visa o apoio a medidas de eficiência energética em edifícios de habitação social, através das seguintes ações:

- Medidas passivas de proteção solar, isolamento térmico de fachadas, janelas eficientes, ventilação natural e iluminação natural;
- Sistemas de aquecimento e de águas quentes eficientes com energias renováveis, iluminação eficiente, bombagem eficiente e sistemas de gestão;
- Produção de energia elétrica com energias renováveis para autoconsumo.

A promoção da eficiência energética será sempre feita através de projetos que partem da realização de uma auditoria/estudo/análise energética que permita ao promotor estruturar o projeto. O projeto irá concretizar as soluções apontadas nessa auditoria/estudo/análise e que devem constituir soluções integradas no domínio da eficiência energética, incluindo a utilização e produção de energia a partir de fontes de energia renovável para autoconsumo.

3. Tipologia de Operação

As Tipologias de Operações passíveis de apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso, constam no Programa Madeira 14-20, correspondem à ação “Eficiência energética nas habitações - habitação social”, constante do sistema de informação SIGMA, e são as seguintes:

- a) *Investimentos para a melhoria do desempenho térmico e energético dos edifícios de habitação, através de medidas passivas eficientes de proteção solar, isolamento térmico, ventilação natural e iluminação natural, nos quais se inclui:*
 - i) *Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;*
 - ii) *Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético e respetivos dispositivos de sombreamento;*
 - iii) *Intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar o desempenho energético, nomeadamente nos sistemas de iluminação, águas quentes e ventilação;*
 - iv) *Instalação de sistemas e equipamentos de gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, potenciando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários;*
 - v) *Intervenções nos sistemas de ventilação, iluminação, bombagem e outros sistemas energéticos das partes comuns dos edifícios, que permitam gerar economias de energia.*
- b) *Investimentos para produção de calor a partir de fontes de energia renováveis para águas quentes sanitárias na habitação, integrados em investimentos de eficiência energética, nos quais se inclui:*
 - i) *Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;*
 - ii) *Instalação de caldeiras a biomassa para promover o aproveitamento dos recursos florestais regionais e a prevenção de incêndios;*
 - iii) *Instalação de sistemas de produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.*

O incumprimento do respeito das Tipologias de Operações previstas neste Aviso determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

4. Beneficiários

A entidade beneficiária que poderá apresentar candidaturas no âmbito do presente Aviso é a Administração Pública Central, Regional e Local, de acordo com o artigo 41.º da Portaria n.º 92/2015, de 25 de maio, alterada pela Portaria n.º 110/2017, de 04 de abril, pela Portaria n.º 226/2017, de 03 de julho e pela Portaria n.º 154/2018, de 08 de maio.

O incumprimento das regras relativas à elegibilidade do beneficiário determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

5. Âmbito Geográfico

São elegíveis as operações localizadas na Região Autónoma da Madeira, nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 92/2015, de 25 de maio, alterada pela Portaria n.º 110/2017, de 04 de abril, pela Portaria n.º 226/2017, de 03 de julho e pela Portaria n.º 154/2018, de 08 de maio.

O incumprimento das regras relativas à elegibilidade do âmbito geográfico determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

6. Grau de Maturidade mínimo exigido à operação

O grau de maturidade mínimo exigido para as operações, na fase de apresentação de candidatura, para dar cumprimento à obrigação do beneficiário iniciar a execução da operação no prazo máximo de 180 dias após a assinatura do Termo de Aceitação da operação (alínea i) do artigo 22.º da Portaria n.º 110/2017, de 04 de abril, que altera a Portaria n.º 92/2015, de 25 de maio), consiste na evidencia dos seguintes elementos:

- a) Calendário de realização e orçamentos das componentes da operação, que evidenciem as soluções técnicas a adotar e a sua adequação às conclusões da auditoria energética e fundamentação dos respetivos custos (mapa de quantidades e preços unitários), bem como a definição do planeamento das ações a realizar;
- b) No caso das intervenções previstas na alínea a) do ponto 3 do presente aviso, apresentar o Relatório de Avaliação Energética, que demonstre a adequação do investimento, bem como evidencia de que as intervenções a desenvolver corresponderão a ganhos em termos de eficiência energética.

O incumprimento das regras relativas ao grau de maturidade mínimo exigido às operações determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

7. Prazo de Execução da Operação

O prazo máximo de execução das operações é de 3 anos (36 meses) a contar da assinatura do Termo de Aceitação.

8. Natureza do financiamento

A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso, reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis, nos termos do artigo 43.º da Portaria n.º 92/2015, de 25 de maio, alterada pela Portaria n.º 110/2017, de 04 de abril, pela Portaria n.º 226/2017, de 03 de julho e pela Portaria n.º 154/2018, de 08 de maio.

9. Dotação financeira máxima e taxa máxima de cofinanciamento

A dotação máxima de FEDER afeta ao presente Aviso é de 3.380.000,00€ (três milhões e trezentos e oitenta mil euros).

A taxa máxima de cofinanciamento FEDER a aplicar às operações a aprovar é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 12.º da Portaria n.º 92/2015, de 25 de maio, alterada pela Portaria n.º 110/2017, de 04 de abril, pela Portaria n.º 226/2017, de 03 de julho e pela Portaria n.º 154/2018, de 08 de maio.

As candidaturas que, embora obtenham a pontuação referida no ponto 14.5 deste Aviso, não tenham cabimento na dotação de FEDER prevista neste ponto, não serão aprovadas.

10. Período para receção das candidaturas

10.1. A receção de candidaturas decorrerá em duas fases, cada uma com uma dotação máxima indicativa FEDER de 1.690.000,00€ (um milhão e seiscentos e noventa mil euros), nos períodos seguintes:

- 1.^a Fase: de 03 de outubro de 2018 até às 23.59 h de 22 de novembro de 2018;
- 2.^a Fase: das 00:00h de 23 de novembro de 2018 até às 18:00h do dia 25 de fevereiro de 2019.

10.2. A dotação financeira não utilizada no período para receção de candidaturas da 1.^a Fase acumula automaticamente para a 2.^a Fase, assim como a dotação financeira da 1.^a Fase não sendo suficiente, a remanescente transitará automaticamente da 2.^a Fase para a 1.^a Fase.

10.3. Apenas serão consideradas válidas para análise as candidaturas que se encontrem no estado “Submetido” no Balcão Único 2020 até aos horários limite fixado no ponto 10.1. As demais candidaturas que estejam em processo de preenchimento para posterior submissão na hora limite não são válidas nem podem ser aceites no âmbito do presente Aviso-Concurso, quaisquer que sejam as razões para tal situação.

11. Elegibilidade dos beneficiários, das operações e das despesas a cofinanciar

11.1. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Os beneficiários abrangidos pelo presente Aviso terão de assegurar o cumprimento do disposto no artigo 8.º da Portaria n.º 92/2015, de 25 de maio, alterada pela Portaria n.º 110/2017, de 04 de abril, pela Portaria n.º 226/2017, de 03 de julho e pela Portaria n.º 154/2018, de 08 de maio, bem como declarar ou comprovar, se para tanto forem notificados, que cumprem os critérios previstos no artigo 13.º e que não estão sujeitos aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, nomeadamente:

- a) Estarem legalmente constituídos;
- b) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- c) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo Programa Madeira 14-20 e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- d) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- e) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
- f) Apresentarem uma situação económico – financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- g) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência;
- h) Apresentarem declaração sobre conflito de interesse (*template* disponível no Balcão M14-20).

Os beneficiários devem ainda assegurar que não estão sujeitos aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º do Decreto-Lei referido no ponto anterior:

- a) Os beneficiários que tenham sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras dos FEEI ficam impedidos de aceder ao financiamento público por um período de três anos, a contar do trânsito em julgado da decisão condenatória, salvo se da pena aplicada no âmbito desse processo resultar período superior;

- b) Os beneficiários contra quem tenha sido deduzida acusação em processo-crime pelos factos referidos no número anterior, ou em relação aos quais tenha sido feita participação criminal por factos apurados em processos de controlo ou auditoria movidos pelos órgãos competentes, apenas podem ter acesso a apoios financeiros públicos no âmbito dos FEEI se apresentarem garantia idónea por cada pagamento a efetuar, independentemente da operação a que se reporta, que seja válida até à aprovação do saldo final ou até à reposição dos apoios recebidos, se a ela houver lugar;
- c) A exigência de apresentação da garantia idónea referida no número anterior depende da verificação, pela entidade pagadora competente, da existência de indícios, subjacentes à acusação ou participação criminal, que envolvam um risco de não pagamentos futuros;
- d) Sem prejuízo de outras cominações previstas na legislação europeia e nacional e na regulamentação específica aplicáveis, os beneficiários que recusarem a submissão a um controlo das entidades competentes só podem aceder a apoios dos FEEI nos três anos subsequentes à revogação da decisão de apoio, proferida com fundamento naquele facto, mediante a apresentação de garantia idónea nos termos previstos no número anterior.
- e) Os beneficiários que tenham sido condenados em processo - crime ou contraordenacional por violação da legislação sobre trabalho de menores e discriminação no trabalho e emprego, nomeadamente em função do sexo, da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, ficam impedidos de aceder a financiamento dos FEEI, por um período de três anos, a contar do trânsito em julgado da decisão condenatória, salvo se da sanção aplicada no âmbito desse processo resultar período superior;
- f) Sempre que o beneficiário seja uma pessoa coletiva, o disposto nas alíneas a) a e) é aplicável, com as necessárias adaptações, aos titulares dos órgãos de direção, de administração e de gestão e a outras pessoas que exerçam funções de administração ou gestão;
- g) O disposto nas alíneas anteriores é aplicável ainda que os factos tenham ocorrido em períodos de programação anteriores ao período de programação regulado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

O incumprimento das condições relativas aos critérios de elegibilidade dos beneficiários, constantes deste ponto, determina a não conformidade da candidatura com o presente Aviso e consequentemente a Não Aprovação da candidatura.

11.2. Critérios de elegibilidade das operações

11.2.1. Critérios Gerais

As operações candidatas no âmbito do presente Aviso têm de demonstrar o respeito pelos objetivos do presente Aviso, bem como evidenciar que satisfazem os critérios de elegibilidade das operações fixados no artigo 9.º da Portaria n.º 92/2015, de 25 de maio, alterada pela Portaria n.º 110/2017, de 04 de abril, pela Portaria n.º 226/2017, de 03 de julho e pela Portaria n.º 154/2018, de 08 de maio, nomeadamente:

- a) Respeitar a Tipologia de Operação prevista no ponto 3 do presente Aviso;
- b) Visar a prossecução dos objetivos específicos previstos na Portaria n.º 92/2015, de 25 de maio, alterada pela Portaria n.º 110/2017, de 04 de abril, pela Portaria n.º 226/2017, de 03 de julho e pela Portaria n.º 154/2018, de 08 de maio;
- c) Estar em conformidade com os programas e planos territoriais em vigor na sua área de incidência, quando aplicável;
- d) Demonstrar adequado grau de maturidade, de acordo com o referido no ponto 6 do presente Aviso;

- e) Justificar a necessidade e a oportunidade da realização da operação (*template* disponível no Balcão M14-20 – *Memória Descritiva da Operação*);
- f) Dispor dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável;
- g) Apresentar uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira (*template* disponível no Balcão M14-20 – *Memória Descritiva da Operação*);
- h) Incluir indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;
- i) Demonstrar a sustentabilidade da operação após realização do investimento (*template* disponível no Balcão M14-20 – *Memória Descritiva da Operação*);
- j) No caso dos projetos cujo custo total elegível seja superior a 25 milhões de euros, demonstrar o cumprimento das normas nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e que disponham de parecer positivo de peritos independentes, a emitir por solicitação da autoridade de gestão após a apresentação da candidatura (quando aplicável);
- k) No caso dos projetos geradores de receitas, demonstrar o cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei mencionado no ponto anterior;
- l) Apresentar um plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, que evidencie o cumprimento das obrigações fixadas no n.º 3 do artigo 115.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro;
- m) Cumprir as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação, tal como definidas pelas entidades competentes;
- n) Evidenciar o cumprimento das disposições em matéria de Auxílios de Estado, se aplicável.

Para efeitos do cumprimento das alíneas i) e k), no caso de operações com custo total elegível igual ou superior a 1 milhão de euros, deverá também ser elaborado um Estudo de Viabilidade Financeira (EVF) para os projetos geradores de receitas - caso a operação tenha taxas ou tarifas suportadas pelos utilizadores das infraestruturas ou gere outro tipo de receitas decorrentes especificamente da operação ou ainda, tenha poupanças nos custos operacionais geradas pela operação - e para demonstração da sustentabilidade das operações, nos termos definidos na Nota de Orientações para a Análise Financeira (**Guião I a**) e para o apuramento e validação das Receitas Líquidas Descontadas (Funding Gap), através do preenchimento do **Guião I b**).

O incumprimento das condições relativas aos critérios de elegibilidade das operações, constantes de ponto, determina a não conformidade da candidatura com o presente Aviso e consequentemente a Não Aprovação da candidatura.

11.2.2. Critérios Específicos

No âmbito do presente Aviso, os beneficiários deverão ter em consideração o cumprimento das seguintes condicionantes estabelecidas no Programa Madeira 14-20:

- a) O custo da auditoria energética (quer o diagnóstico energético quer a avaliação ex-post) só será cofinanciado se as soluções apontadas por estes estudos se concretizarem na realização de investimentos, não sendo elegíveis quaisquer auditorias obrigatórias por lei;
- b) Os projetos a aprovar devem apresentar soluções integradas no domínio da eficiência energética;

- c) Apenas são elegíveis investimentos para aproveitamento de energias renováveis destinadas ao autoconsumo e que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética;
- d) Os investimentos para produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis para utilização local têm de fazer parte de uma operação integrada de eficiência energética e não podem ultrapassar 30% do investimento em soluções de eficiência energética;
- e) Os projetos de eficiência energética na habitação social, iniciam-se com uma auditoria energética, e devem concretizar as soluções apontadas nessa auditoria, no todo ou pelo menos para um conjunto de medidas identificadas que resultem em melhoramentos significativos em eficiência energética, e que constituem soluções integradas no domínio da eficiência energética, incluindo a possível produção de energia a partir de fontes de energia renovável para autoconsumo;
- f) As auditorias/estudos/análises energéticas deverão obrigatoriamente incidir sobre as componentes comuns do edifício e as frações individuais, permitindo estruturar e elaborar o projeto que deverá concretizar as soluções apontadas, no todo ou pelo menos para o conjunto de medidas identificadas que resultem em melhoramentos significativos em eficiência energética, e que constituem soluções integradas no domínio da eficiência energética;
- g) Todos os apoios serão baseados em custos-padrão máximos por superfície intervencionada ou equipamento substituído (estabelecidos por entidades públicas do setor da energia tendo em consideração valores reais de mercado) e serão antecedidos de auditorias/ estudos/ análises energéticas que permitam estruturar os projetos e efetuar as candidaturas finais de acordo com o princípio de requisitos mínimos de desempenho energético. No final, a melhoria do desempenho energético alcançado será aferida por recurso a avaliação “ex-post” independente que permita a avaliação e o acompanhamento da qualidade e da eficiência energética de cada projeto;
- h) As auditorias previstas na alínea f), podem ser realizadas de acordo com o artigo 7.º do Decreto-Lei 118/2013, de 20 de agosto, designadamente nos seus números 3 e 7, ao nível da certificação de uma fração baseada na certificação de uma fração representativa semelhante, situada no mesmo edifício, bem como da certificação de conjuntos de edifícios vizinhos, de conceção e dimensões semelhantes, designadamente no caso de conjuntos destinados a habitação social;
- i) Os requisitos de medidas e despesas elegíveis em Eficiência Energética e Energias Renováveis, no âmbito do presente Aviso, por tipologia de operação, são as que se encontram descritas no **Anexo V** do presente Aviso.

O incumprimento das condições relativas aos critérios específicos de elegibilidade da operação determina a não conformidade da candidatura com o Aviso e consequentemente a não aprovação da candidatura.

11.3. Critérios de Elegibilidade de despesas

11.3.1. Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, são elegíveis as despesas que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente Aviso e que respeitem os artigos 10.º, 11.º e 42.º da Portaria n.º 92/2015, de 25 de maio, alterada pela Portaria n.º 110/2017, de 04 de abril, pela Portaria n.º 226/2017, de 03 de julho e pela Portaria n.º 154/2018, de 08 de maio.

11.3.2. Para efeitos de determinação do montante máximo das despesas elegíveis, serão tidos em conta os custos-padrão máximos de investimento por tecnologia e ou por superfície intervencionada, quando definidos pela DGEG, conforme Anexo II deste Aviso.

11.3.3. Apenas serão considerados os custos de investimento que comprovadamente visarem e forem indispensáveis à redução de consumos de energia nas infraestruturas candidatas, através da implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia a partir de fontes renováveis

para autoconsumo elegíveis no âmbito do presente Aviso, desde que se enquadrem nas tipologias de despesas elegíveis previstas no ponto 11.3.1 e com os limites fixados no ponto anterior.

11.3.4. As “Auditorias, estudos, diagnósticos e análises energéticas necessárias à realização dos investimentos bem como a avaliação «ex-post» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento”, previstas no ponto 2 da Portaria n.º 92/2015, de 25 de maio, alterada pela Portaria n.º 110/2017, de 04 de abril, pela Portaria n.º 226/2017, de 03 de julho e pela Portaria n.º 154/2018, de 08 de maio, são elegíveis no âmbito das candidaturas que forem apresentadas e que tenham resultado destas Auditorias/estudos/diagnósticos/análises energéticas.

11.3.5. Não são elegíveis:

- a) Despesas de funcionamento ou de manutenção de infraestruturas;
- b) Intervenções de modernização ou reconversão de equipamentos financiados há menos de 10 anos;
- c) Despesas associadas a outras intervenções em edifícios que não se encontrem relacionadas com o aumento do desempenho energético, como sejam:
 - i) Pintura, exceto nos casos em que seja promovida a instalação de isolamento térmico pelo exterior da fachada, bem como nas situações em que o isolamento térmico seja instalado pelo interior, sendo que em ambos os casos apenas se considera elegível a despesa associada à pintura das superfícies que foram objeto da colocação de isolamento térmico;
 - ii) Reforço estrutural;
 - iii) Intervenções nas redes elétricas, de abastecimento de água, de saneamento, de comunicações, ou outras;
 - iv) Reparações.

11.3.6 Decorrente das alterações regulamentares, recentemente aprovadas no contexto do Omnibus publicado pelo Regulamento (UE, EURATOM) 2018/1046, de 18 de julho de 2018, ao abrigo da nova disposição transitória do artigo 152.º (7), a Autoridade de Gestão do Programa Madeira 14-20 derroga pelo período máximo de 12 meses, a partir da data de entrada em vigor, no máximo até **2 de agosto de 2019**, para a aplicação de um regime de Opção de Custos Simplificados em todas as operações que recebem apoio do FEDER cujo apoio público não exceda os 100.000€, com exceção das operações abrangidas por um regime de auxílio estatal que não constitua um auxílio de minimis e daquelas que não sejam exclusivamente executadas através da contratação pública de obras, bens ou serviços.

12. Preparação e submissão da candidatura

12.1 Submissão de candidatura

As candidaturas deverão ser submetidas no Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt>), através do acesso ao Portal Portugal 2020, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e nos termos e condições fixadas no presente Aviso. Para o efeito, o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão do Portugal 2020.

12.2. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura, que deverá ser preenchido de acordo com o **Guião II** – “*Guia de apoio ao preenchimento do formulário de Candidatura*”, constante no menu “*Documentação*” do site do Programa Madeira 14-20, as candidaturas devem incluir os documentos identificados no **Guião III** – “*Documentos a anexar à candidatura*”, respeitantes à operação.

As candidaturas devem ainda conter a informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

Os documentos que instruem as candidaturas devem ser anexados aquando do preenchimento do formulário de candidatura no Balcão M14-20, não sendo aceites documentos que sejam remetidos por outros meios que não através da referida plataforma.

13. Processo de decisão da candidatura

A decisão relativa à candidatura obedecerá ao seguinte processo (ver **Anexo I** – *Processo de decisão das candidaturas*):

13.1. 1ª Fase | Verificação do enquadramento da candidatura nas condições do aviso de abertura, nas seguintes dimensões:

- a) Enquadramento na tipologia de operação prevista no âmbito do presente Aviso;
- b) Enquadramento do beneficiário previsto no ponto 4 do presente Aviso;
- c) Enquadramento no âmbito geográfico previsto no presente Aviso;
- d) Verificação da situação de impedimentos e condicionamentos da entidade proponente;
- e) Verificação se se trata de uma operação não concluída (n.º 6 do artigo 65.º do Reg. (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro);
- f) Verificação da situação de conformidade da operação com os princípios gerais e políticas da União (alínea iii) do n.º 3 do artigo 125.º do Reg. (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro);
- g) Verificação do cumprimento do grau de maturidade previsto no Aviso;
- h) Verificação da existência de documentos essenciais na instrução da candidatura: memória descritiva e respetiva completude e Análise Custo-Benefício ou Estudo de Viabilidade Financeira, quando aplicável.

O cumprimento das condições previstas neste Aviso, relativas ao enquadramento do beneficiário e da operação, conduzem ao prosseguimento da análise, nas dimensões da elegibilidade geral e específica do beneficiário e nos critérios de elegibilidade gerais e específicos da operação.

Caso o beneficiário e/ou a operação não tenham enquadramento nas condições do Aviso de Abertura analisadas nesta primeira fase, a entidade proponente será notificada da proposta de não aprovação, por falta de enquadramento no Aviso de Abertura, através de um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

No caso de serem apresentados argumentos que conduzam à revisão da proposta de não enquadramento nas condições do Aviso de Abertura em sede de audiência prévia, a análise da

candidatura prosseguirá. Na falta de resposta, ou se após resposta se concluir pela falta de fundamento para a revisão da não elegibilidade por falta de enquadramento nas condições do Aviso de Abertura analisadas nesta primeira fase, a mesma não será aceite, e a entidade proponente será notificada da não aprovação da candidatura.

13.2. 2ª Fase | Verificação dos restantes critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações e apuramento do mérito da operação

Na avaliação do mérito de cada operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Madeira 14-20, nos termos definidos no ponto 14 do presente Aviso.

Caso a candidatura evidencie o cumprimento dos critérios de elegibilidade do beneficiário e dos critérios gerais e específicos da operação e atinja a classificação mínima para efeitos de apuramento de mérito absoluto e na hierarquização para efeitos de avaliação do mérito relativo e se enquadre dentro da dotação financeira disponível no âmbito do Aviso, a candidatura será selecionada para financiamento e o proponente será notificado da decisão de aprovação da candidatura.

Caso o beneficiário e/ou a operação não cumpram algum dos critérios de elegibilidade e/ou a candidatura não atinja classificação mínima para efeitos de apuramento de mérito absoluto, a entidade proponente será notificada da proposta de não aprovação, por falta de mérito absoluto ou relativo, através de um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

No caso de serem apresentados argumentos que conduzam à revisão da proposta de não aprovação em sede de audiência prévia, a candidatura será selecionada para financiamento e a entidade proponente será notificada da decisão de aprovação da candidatura. Na falta de resposta, ou se após resposta, se concluir pela falta de fundamento para a revisão da não aprovação por falta de mérito, a mesma não será aceite, e a entidade proponente será notificada da não aprovação da candidatura.

14. Apuramento do Mérito e Seleção da Candidatura

14.1. Critérios de Seleção, Parâmetros de Avaliação e Coeficientes de Ponderação da candidatura

Na avaliação do mérito da candidatura serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Madeira 14-20, tendo em conta os parâmetros de avaliação e os coeficientes de ponderação constantes do “**Anexo III – Parâmetros e Critérios de Seleção**”.

14.2. Classificação a atribuir a cada critério de seleção

Cada critério será pontuado através de uma escala que vai de 0 até 20.

Cada critério terá um fator ponderador (entre 5% e 30%).

A classificação será estabelecida com 2 casas decimais.

14.3. Classificação Final

A Classificação Final (CF) da candidatura é estabelecida por agregação das Classificações dos Critérios (C) e das respetivas ponderações (P), constantes no **Anexo III**, através da seguinte fórmula:

$$CF = 30\% \cdot C1 + 25\% \cdot C2 + 25\% \cdot C3 + 15\% \cdot C4 + 5\% \cdot C5]$$

Em que:

$$C1 = 10 + 0,001 \cdot (10.000 - C/N1);$$

C: Custos elegíveis para a eficiência energética e energias renováveis da operação [eur].

N1: Nº de agregados com consumo melhorado com a operação.

$$C2 = 10 + 0,002 \cdot (10.000 - C/N2);$$

C: Custos elegíveis para a eficiência energética e energias renováveis da operação [eur].

N2: Redução anual das emissões de CO2 com a operação [t CO2/ano].

$$C3 = 10 + 0,002 \cdot (29.070 - C/N3);$$

C: Custos elegíveis para a eficiência energética e energias renováveis da operação [eur].

N3: Redução anual da energia primária importada de origem fóssil com a operação [tep/ano].

$$C4 = 800 \cdot N4 / C;$$

N4: Custos elegíveis para promoção da participação dos cidadãos e partes interessadas, alteração de comportamentos, avaliação de resultados e comunicação [eur].

C: Custos elegíveis para a eficiência energética e energias renováveis da operação [eur].

$$C5 = 20 \cdot N5 / C;$$

N5: Custos elegíveis para a eficiência energética e energias renováveis da operação em ações incluídas no plano de ação para a energia sustentável aprovado a nível local [eur].

C: Custos elegíveis para a eficiência energética e energias renováveis da operação [eur].

14.4. Critérios de Desempate

Se a pontuação for igual para as candidaturas apresentadas no âmbito do presente Aviso, e desde que, por algum motivo, não seja possível financiar todas as operações, a hierarquização será feita da seguinte forma e pela ordem que se segue:

- 1.º Maior contributo da operação para os Indicadores de Resultado ou de Realização, medido pela valorização atribuída na grelha de análise;
- 2.º A maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções, quando aplicável.
- 3.º Data de entrada (primeira a ser submetida para efeitos de financiamento).

14.5. Seleção da candidatura

A operação apenas será selecionada para cofinanciamento do Programa Madeira 14-20 caso obtenha uma classificação final igual ou superior a 10 pontos, apurada de acordo com os critérios de seleção e a metodologia apresentada nos pontos anteriores.

15. Contratualização de resultados e de realizações no âmbito da operação

15.1. Na candidatura deverão ser propostas as metas pela entidade beneficiária a contratualizar com a Autoridade de Gestão do Programa Madeira 14-20 para os seguintes indicadores de realização e de resultado, conforme metodologia descrita no **Anexo IV** – “Indicadores de Realização e de Resultado”:

Código Indicador	Tipo Indicador	Designação do indicador	Unidade de Medida
O.04.03.03.C	Realização	Agregados familiares com consumo de energia melhorado	n.º
R.04.03.04.E	Resultado	Fogos de habitação social com classificação energética melhorada	%

15.2. No caso do incumprimento das metas dos indicadores de realização e de resultados contratualizados ao nível da operação, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, será aplicada uma redução do apoio à operação nos seguintes termos:

Consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento for de pelo menos 90% do contratualizado. Abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento da meta, a incidir, para cada um dos indicadores, sobre 10% do montante a aprovar em saldo final, conforme simulador disponível em anexo ao presente Aviso (**Guião IV**).

16. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

A análise do mérito da operação é da responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR, IP-RAM), Autoridade de Gestão do Programa Madeira 14-20.

17. Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. Se, findo este prazo, não forem prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

18. Comunicação da Decisão ao Beneficiário

Regra geral, a decisão sobre as candidaturas apresentadas será proferida pela Autoridade de Gestão, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data limite para a respetiva apresentação, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro.

O prazo indicado no ponto anterior é suspenso nos períodos relativos à apresentação de documentos e/ou esclarecimentos adicionais pelos beneficiários previstos no ponto 18 do presente Aviso.

Sem prejuízo do prazo legalmente previsto para a audiência dos interessados, em caso de apresentação de alegações o prazo previsto pode ser alargado até 40 dias úteis.

19. Linha de atendimento

Os pedidos de informação e esclarecimentos devem ser efetuados no Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt/>) da responsabilidade da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, através do Suporte ao Balcão 2020, no menu “**Contacte-nos**” e pode ser consultado o **Guia Rápido de Utilização - SSN2020 disponível no menu Legislação e Normas/Guias** (ex.: credenciação de beneficiários, formulário de candidatura, dificuldades de submissão das candidaturas) e também poderá ser consultado o menu **FAQ** com um conjunto de perguntas e respostas.

Os pedidos de informação ou esclarecimentos podem também ser enviados para o endereço de correio: idr@madeira.gov.pt.

20. Publicitação de resultados do Aviso

Tendo em conta o previsto no n.º6 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, será divulgado no site do Programa Madeira14-20 (<http://www.m1420.madeira.gov.pt/m1420/>), mediante publicação de Lista Ordenada, os resultados do concurso após o seu encerramento e decisão completa de todas as candidaturas submetidas a concurso.

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20

Anexos

Ficheiros disponíveis para descarregar na página do Aviso no Balcão 2020 e no site do Programa Madeira14-20 (<http://www.m1420.madeira.gov.pt/m1420/>):

Anexo I – Processo de decisão das candidaturas

Anexo II – Custos-Padrão_ DGEG

Anexo III – Parâmetros e Critérios de Seleção

Anexo IV – Indicadores de Realização e de Resultado

Anexo V - Requisitos das medidas e Despesas Elegíveis em Eficiência Energética e Energias Renováveis, por tipologia de operação

Guião I a) – Nota Orientações Análise Financeira

Guião I b) – Modelo Preenchimento EVF (formato editável)

Guião II – Guia de Apoio ao Preenchimento da Candidatura

Guião III – Documentos a Incluir na Candidatura (formato editável)

Guião IV – Simulador de Penalizações (formato editável)